
O debate de gênero e as mulheres jornalistas nas redações do Brasil¹

Yasmin Ribeiro GATTO²

RESUMO

Este artigo aborda a questão da mulher jornalista no ambiente de trabalho, destacando os constrangimentos sofridos por elas pelo fato de serem mulheres. O trabalho se baseou em pesquisas já realizadas por organizações e por autores que trabalham com essa temática, a fim de refletir sobre o debate de gênero cada vez mais necessário no mundo do trabalho dessas mulheres, que mesmo ocupando cargos de destaque ou de chefia, ainda continuam sendo descriminalizadas, sofrendo assédio, violência psicológica e até física. A pesquisa não nega as conquistas que as mulheres obtiveram nos últimos anos, mas reforça que se tem que lutar pela emancipação feminina na sociedade capitalista. Revelando que as mulheres passam por um processo de precarização mais intenso que os dos homens.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres jornalistas; debate de gênero; assédio; violência; divisão sexual do trabalho.

INTRODUÇÃO

Este artigo problematiza a questão da mulher jornalista no mundo do trabalho, trazendo uma discussão atual sobre gênero, divisão sexual do trabalho, visibilidade da mulher no mercado profissional e as lutas feministas.

É inegável falar que nos últimos anos a mulher ganhou ou alcançou lugares de visibilidade dentro do mercado de trabalho e na sociedade, isso aconteceu muito por conta das lutas encampadas por grupos feministas e por uma difusão que as mulheres também têm direitos iguais aos dos homens (MIGUEL e BIROLI, 2014). As lutas de gênero cresceram a cada dia, discutindo-se a liberdade da mulher, maternidade, aborto, profissão, aparência, modelo de beleza, intervenções cirúrgicas, violência doméstica, obstétrica, urbana, assédio, sexo e estupro.

Estudos indicam (BIANCHI; WOITOWICZ; ROCHA, 2018) avanços e retrocessos na busca pelo lugar da mulher na sociedade. Existem mecanismos de defesa, de denúncia e de luta que dão a mulher cada vez mais apoio “para ela ser quem ela

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru e-mail: yasmingatto@gmail.com.

quer”. Faz-se nesta pesquisa, uma crítica a esse lugar que a mulher ocupa, pois os discursos atuais de “vou ser quem eu quero ser”, “vou ter o corpo que quero sem nenhuma interrupção da indústria da beleza”, por exemplo, esbarra na concreticidade, na singularidade e no suporte a qual a sociedade capitalista se apoia.

Não se pode negar que a sociedade é misógina, machista, violenta e preconceituosa, onde a mulheres esbarram dia-a-dia nessas contradições (SAFFIOTI, 2011). A Campanha Chega de Fiu-Fiu realizada desde o ano de 2013 mostra a realidade das mulheres quando saem às ruas, sendo assediadas. No mercado de trabalho elas continuam ganhando menos, tem cargos inferiores mesmo tendo a mesma formação que seus colegas homens. “(...) tem sido constatado nas empresas, na burocracia do Estado e na política, definindo limites mesmo para as mulheres que tiveram oportunidades semelhantes às de seus colegas homens e que são mais escolarizados que eles” (BIROLI, 2018, p. 13). Ou seja, há uma questão de gênero, que embora falando assim de forma isolada reduz o potencial de crítica.

O artigo faz um debate teórico sobre algumas questões de gênero expostas abaixo, mas destaca a *Mulher Jornalista* no mercado de trabalho. Tentando entender as particularidades dessa profissão que atualmente sofre com debates frequentes sobre diversos temas, entre eles a insistente discussão sobre a utilização ou não do diploma. Como a mulher jornalista ficou nessa discussão? A pesquisa tem por base um estudo já realizado pela “Gênero e Número” e pela “Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo”, que entrevistaram jornalistas brasileiras sobre suas experiências.

O trabalho também discute o perfil dos jornalistas brasileiros (MICK e LIMA, 2013) se destaca também as mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense (ROCHA e WOITOWICZ, 2013), os direitos das mulheres na imprensa (SILVA, 2018) e por fim as mulheres jornalistas nos meios de comunicação (MORENO, 2017).

1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Nos últimos anos a posição de trabalho de mulheres e homens se modificou muito no país. Segundo Biroli (2018) houve mudanças no modo de viver e compreender os papéis de gênero na sociedade. Ela explica que essas transformações ocorreram no âmbito do profissional e até na discussão sobre sexualidade. A autora ainda explicita que quando se debate gênero deve haver uma discussão sobre o privado e o doméstico.

Mas mesmo com tantos “avanços” e conquistas das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda continuam a margem dos cargos, na periferia das decisões burocráticas, empresariais, editoriais, políticas, etc.

(...) o acesso a posições de poder no mundo do trabalho é um exemplo claro de que desigualdades de gênero permanecem mesmo entre os estratos mais ricos e com maior acesso à educação formal: o chamado “teto de vidro” tem sido constatado nas empresas, na burocracia de Estado e na política, definindo limites mesmo para as mulheres que tiveram oportunidades semelhantes às de seus colegas homens e que são mais escolarizadas do que eles (...) (BIROLI, 2018, p. 13).

A autora ainda problematiza que a discussão sobre a exploração das mulheres no mercado de trabalho pertence de maneira geral às mulheres trabalhadoras, negras e imigrantes, mas vale destacar que as mulheres brancas também são exploradas, apesar delas serem as únicas a ocupar os cargos mais próximos aos dos homens. Quando se fala dessa divisão sexual do labor, não se pode deixar de mencionar o lugar que essa mulher pertence no espaço do trabalho, sendo classificado constantemente como “trabalho de mulher”; “competência de mulher” e “lugar de mulher” (BIROLI, 2018).

Na pirâmide da renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próxima dos padrões de oportunidade dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população (BIROLI, 2018, p.22).

Quando se fala se países latino-americanos, foi nas últimas décadas do século XX que o acesso das mulheres brasileiras ao mercado de trabalho e à educação mudou de forma significativa. “Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005” (BIROLI, 2018, p. 21). Ou seja, a posição das mulheres mudou, sendo que hoje elas são a maioria cursando o ensino superior, o que não garantiu à elas acesso igual ao dos homens. As autoras Silva (2018) e Santos (2018) corroboram com esse pensamento,

A importância das mulheres no processo produtivo brasileiro é uma realidade que tem ganhado cada vez mais vulto no decorrer dos anos. Dados do IBGE confirmam o crescimento constante da taxa de participação feminina na população economicamente ativa, fato esse presente não só no Brasil, mas em diferentes países e contextos sociais. (...), a participação econômica da mulher na composição do

rendimento familiar assume importância crescente na superação da situação de pobreza (p. 105).

Mas certas atividades relegadas às mulheres, como o cuidar da casa e da família também impedem o acesso delas no mercado. A autora ressalta que ao trabalhar fora de casa, inserida no mercado de trabalho, a mulher faz dupla, tripla e quádrupla jornada de trabalho, trabalha-se na rua, cuida-se da casa, das roupas, da comida, dos filhos, das compras de supermercado, das responsabilidades gerais para um funcionamento correto do lar. É essa divisão de tarefas que baseia fundamentalmente as categorias de gênero na sociedade. “A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, (...) deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado” (BIROLI, 2018, p.28).

Silva e Santos (2018) afirmam que houve maior inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, “a chamada “feminização” do mercado de trabalho, com a elevação da escolaridade das mulheres nas mais diversas esferas da sociedade” (p.106). que não garantiu direitos, salários e reconhecimento iguais. “A PEA (População Economicamente Ativa) masculina passou de 14, 6 milhões para 52,8 milhões, enquanto a PEA feminina teve uma elevação extraordinária, passando de 2,5 milhões, em 1950, para 40,7 milhões, em 2010” (SILVA; SANTOS, 2018, p.107).

Os empregadores tem certo cuidado ao contratar uma mulher, pois elas engravidam e quase sempre são responsáveis por todas as demandas familiares. “(...) trabalho, realizado no espaço doméstico de maneira não remunerada, ainda é visto como atribuição das mulheres, que independe de sua idade, condição de ocupação e nível de renda” (SILVA; SANTOS, 2018, p.114).

A reflexão feita acima sobre o mercado de trabalho de uma forma mais geral foi feita para que assim se possa discutir o mercado de trabalho de um nicho específico, os jornalistas e ainda de forma mais específica, as jornalistas com base em pesquisas já realizadas.

2. PERFIL DOS JORNALISTAS HOJE

O marco inicial do surgimento da imprensa feita por mulheres nasce no século XIX, “com a publicação de jornais que discutiam principalmente a participação política das mulheres, direito à educação e as mudanças de costumes” (ROCHA; WOITOWICZ,

2018, p. 31). Estas experiências deram surgimento mais tarde na chamada imprensa feminista. Segundo Duarte (2016), as atividades das mulheres nos jornais foram bastante expressivas no século XIX. “Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos: em primeiro lugar o direito à educação; em segundo o direito à profissão e bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226). E é por meio da atuação dessas mulheres que começam a surgir outras publicações como panfletos, cartazes e revistas que fortaleceram a luta das mulheres nessa época. Chega-se até a se falar sobre uma imprensa feminista alternativa. Ou seja, as mulheres participaram de várias fases da imprensa brasileira. Hoje se tem um panorama sobre o perfil dos jornalistas brasileiros, segundo pesquisa feita por Mick e Lima (2012), que revelam o estado da arte dessa profissão. Destacando-se neste artigo, a mulher jornalista.

Segundo os dados, os jornalistas brasileiros são uma profissão marcada predominantemente por mulheres, jovens e brancas. “A categoria também tornou-se majoritariamente feminina. São mulheres 63,7% dos jornalistas (contra 36,3% de homens)” (MICK; LIMA, 2012, p. 33). Um em cada quatro jornalistas no Brasil não tem registro profissional, dos que tem registro somam-se 75,2%, enquanto 24,8% não detêm. Outro dado importante é sobre a formação profissional dos jornalistas, sendo os que têm ensino superior, somam-se 98,1%, apenas 1,9% tem o ensino médio e 0,4% tem apenas o ensino técnico.

Do total dos jornalistas brasileiros, 54,5% trabalham todo ano na mídia tradicional, produzindo notícias em jornais, revistas, telejornais, radiojornais ou na internet. Já os jornalistas que atuam fora da mídia, como assessores de imprensa ou de comunicação ou em outras funções que requerem conhecimento jornalístico somam-se 40,3%. Os jornalistas também estão entre os professores do ensino superior na área de comunicação social, somando 76,9%.

Em síntese, *temos mais jornalistas mulheres do que homens*, a classe é jovem, o percentual de jornalistas negros é inferior à metade de pretos e pardos no Brasil todo. *As mulheres jornalistas, quando mais jovens, ganhavam menos que os homens*. Uma ampla gama de jornalistas defende o diploma. Dos jornalistas que trabalhavam fora da mídia, a *predominância era de mulheres*. E dos jornalistas que trabalhavam como professores, o número de distribui em número equivalente entre homens e mulheres.

Segundo pesquisa realizada por Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) sobre as jornalistas do Estado de São Paulo, definiu-se algumas categorias para descrever as jornalistas. Uma delas é a jornalista sindical, onde a entrevistada é Marilene. Ela relata que o principal a ser feito por uma jornalista de sindicato é uma jornal quinzenal de 8 páginas, site, entrevistas, jornais para fábricas. “A assessoria de comunicação a uma entidade de classe não se limita ao press release, à assessoria de imprensa” (p.71). A jornalista ainda argumenta sobre a *multitarefa* exigida dos jornalistas nos tempos atuais. A jornalista que edita a primeira página de portal de notícias descreve a atividade online como mais exigente que o jornalismo impresso, pois exige que o trabalhador esteja sempre atento no que acontece no mundo. Outro ponto de reclamação da jornalista é sobre as pausas e pequenos momentos de descanso, que não acontece em uma redação online, pois os jornalistas estão sempre “apurando” e “atualizando”.

A jornalista que trabalha na revista impressa define a profissão como “traduzir o que às vezes as pessoas não conseguem”. Maria trabalha na mesma empresa há alguns anos e diz que o trabalho que ela desenvolve também é a de contadora de histórias. Bárbara de 31 anos é classificada como jornalista em formação, que tem um olhar mais humanizado sobre o jornalismo e conhecimento. “A compreensão do papel do jornalista como um mediador do diálogo entre diferentes setores da sociedade parece exigir algo mais” (FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013, p. 92). A jornalista ainda completa que passou a gostar muito da questão social, do que abrangia o ser humano, se afastando cada vez mais dessa questão de finanças, moda, querendo escrever sobre o ser humano. A entrevistada relata o trabalho de forma precarizada e a escolha por temas “mais humanos” dão a ela possibilidades de se sentir mais engajada.

Existe ainda a figura da jornalista que trabalha em casa, que diz que preferiria trabalhar na redação, mas reconhece que o trabalho está cada vez mais precarizado. Ela trabalha para um site sobre meio ambiente de dentro de casa. E deixa claro sua aspiração por trabalhar em uma redação. Ela faz freelancers para outros veículos e tem uma rotina bastante acelerada.

A pesquisa ainda contemplou como seria a rotina de uma jornalista em um portal de notícias, tendo preocupação diária com as novas ferramentas, como a potência do *Google*. Cecília fala sobre a preocupação do desaparecimento do jornalismo, de como a relação com as fontes mudou com o surgimento da internet. Existe também a figura da

jornalista *freelancer* dona de uma agência digital que faz as duas atividades ao mesmo tempo.

Um grande número de jornalistas e outros profissionais da comunicação desenvolvem suas atividades nessa situação instável do ponto de vista contratual. São terceirizados, empregados deles mesmos, e tem o ônus do custo da prestação de serviço, aluguel, água, cafezinho, papel, equipamentos, energia elétrica, insumos para escritório, limpeza (FÍGARO; NONATO; GRHOMANN, 2013, p.105).

Ou seja, “os patrões de si mesmo”, tem que bancar o próprio trabalho desde equipamentos como café até a energia elétrica. Para finalizar, as jornalistas freelancers falam da insegurança sobre o trabalho, elas nunca têm como se planejar a médio ou longo prazo. E a posição de freelancers nunca aparece como uma opção. “Além do ritmo acelerado de trabalho, as inúmeras responsabilidades e tarefas, não se tem segurança com relação se haverá trabalho para a próxima semana” (FÍGARO; NONANTO; GROHMANN, 2013, p. 106).

A última classificada na pesquisa apontada é a jornalista freelancer fixo em um grande jornal, a entrevistada tem apenas 22 anos e é estudante universitária. Ela não é formada em jornalismo e não faz faculdade na área e trabalha sem vínculos contratuais efetivos em um grande jornal. Ana fala de um lugar bastante polêmico no jornalismo, a não utilização do diploma de jornalista para exercer a profissão.

De acordo com os estudos realizados sobre o perfil dos jornalistas brasileiros, dando destaque neste artigo para as jornalistas brasileiras, temos a constatação que a maior parte dos trabalhadores dessa área são mulheres, jovens e brancas. As jornalistas ganham menos que os homens mesmo quando ocupam os mesmos cargos e as mulheres são a maioria entre os jornalistas que trabalham fora da mídia, ou seja, trabalham em assessorias, trabalham como freelancers, trabalham em casa (FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013).

Deve-se ponderar aqui que o trabalho dos jornalistas mudou muito nos últimos anos, mas como se deve analisar a precarização dessa profissão predominantemente feminina? Uma pesquisa recente (2017) feita pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), em parceria com a Organização Gênero e Número e com o Google News Lab, divulgou um panorama sobre “*Mulheres no Jornalismo Brasileiro*”.

2.1 Mulheres Jornalistas

A pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”, realizada no ano de 2017 também constatou que as mulheres ganham menos que os homens. A pesquisa constatou que elas tendem a serem excluídas dos altos cargos. Quando a pesquisa avaliou as editorias que as jornalistas ocupam na área de Política/ País, Internacional, Cultura, Cidade e Ciência a quantidade de editores homens e mulheres são equiparadas. Mas quando o assunto é Esporte, Educação e Tecnologia os dados se tornam discrepantes. Nas áreas de Gastronomia, Turismo, Moda e Estilo de Vida as mulheres dominam.

Essa divisão apontada pela pesquisa confirma a hipótese de que homens são mais aptos a trabalhar com a parte de negócios e tecnologia, enquanto as mulheres são aptas para trabalhar com moda, viagens, o que por vezes é considerado a “parte fútil do jornalismo”. A pesquisa ainda constatou discriminação de gênero, as jornalistas relataram:

“Meu chefe, quando eu ainda era estagiária, me disse que não me efetivaria porque “só trabalho com homens”. “(...) fiquei sabendo que essa editora queria, na verdade, um homem porque “já tinha muita mulher na equipe”. “Eles não tiveram nenhuma vergonha em me dizer que optaram pelo rapaz porque ele era homem e não tinha filho”. Eu descobri que ele — eu era estagiária e tinha sido efetivada — era repórter, estava no mesmo cargo que eu, só que já entrou como repórter e ganhava o dobro do que eu ganhava”. “Eu sou a repórter que ganha menos na minha editoria. “Eu sou o menor salário”. “Eu fiquei dois anos como produtora, mas fazia reportagens também, com um salário menor do que o deles” (ABRAJI, 2017).

As falas só reafirmam uma divisão sexual do trabalho intensa nas redações. De um modo geral, 53,4% das mulheres acreditam que nas organizações onde trabalham, as mulheres tem menos oportunidades para progredir na carreira do que os homens. 86,4% das jornalistas entrevistadas afirmaram ter sofrido discriminação de gênero. Elas relatam:

“Já me tiraram de uma pauta justamente por ser mulher e deram para o homem fazer porque seria algo perigoso para mim”. “Foram dividir os acontecimentos diários pelos diretores executivos e ela, a única mulher ali, ficou com “Beleza e comportamento”. “Eu deixo de fazer determinados jogos e coberturas pelo fato de ser mulher”. “Em contrapartida, quando aparece uma pauta que tem um apelo mais sensível sempre se coloca menina. Quando é pauta com criança é mulher fazendo, sempre” (ABRAJI, 2017).

Mais uma vez fica elucidado a diferença feita entre mulheres e homens nas redações, entendendo que a mulher sempre deve cobrir assuntos concernentes ao que ela é, “um ser sensível, feito para trabalhar com assuntos femininos” (SAFFIOTI, 2011, p.87).

Outro tema bastante recorrente ao longo da pesquisa realizada pela Abraji foi o assédio moral. Onde as jornalistas relatam que elas são pressionadas a não engravidarem para não usufruírem da licença maternidade. Ou são forçadas a não pedir aumento de salário mesmo estando no cargo há algum tempo, pelo fato de estarem grávidas. As falas que circulam são do tipo: “como você veio pedir aumento de salário com esse barrigão?”. Elas ainda são punidas por estarem grávidas, tendo que receber o aumento antes concedido apenas depois do processo de licença maternidade. As jornalistas compartilham também da frustração dos chefes por elas terem engravidado, ou ainda de forma preliminar nas entrevistas de emprego, sendo questionadas se pretendem ter filhos.

A pesquisa afirma que 84% das jornalistas relataram ter sofrido violência psicológica, onde as pessoas duvidam do trabalho que elas fazem, brincam com a idade e com a aparência delas. 73% delas afirmam também já terem ouvido comentários ou piadas de natureza sexual sobre mulheres no ambiente de trabalho. “Isto é, comentários que ridicularizam as mulheres, propagam estereótipos e/ou banalizam a violência contra a mulher” (ABRAJI, 2017, p. 13).

Sobre o assédio sexual, as jornalistas relatam episódios únicos e episódios contínuos, vindo por parte dos chefes, dos colegas e das fontes por meio pessoal, por e-mail, em reuniões, em salas fechadas e em espaços abertos. As jornalistas relatam ainda casos de violência física por parte dos colegas homens.

Portanto, cabe aqui refletir sobre a profissão das jornalistas mulheres, elas que são a maioria nesse trabalho. A mulher ainda é discriminada por ser mulher, por engravidar, por ser bonita, por ser feia, por ser magra, ou por ser gorda. Quando a jornalista é avaliada sempre o que esta em jogo é sua condição de mulher e não a sua condição intelectual, profissional, etc.

Moreno (2017) conclui também que quando a mulher ocupa um cargo político ela recebe tratamento diferente dos homens políticos, que por vezes podem até afastar eleitores. Quando o assunto é a avaliação da mulher jornalista no meio de comunicação, que com base em um estudo realizado desde 1995 até o ano de 2005, 57% dos

apresentadores de TV eram mulheres, mas só 29% das notícias foram redigidas por elas. “As mulheres são encontradas mais frequentemente relatando questões “leves” como assuntos sociais, família ou arte e vida cotidiana” (MORENO, 2017, p. 77).

Há outro dado alarmante trazido por Moreno (2017), apontando uma diferença sobre o tratamento dado às notícias feitas por mulheres jornalistas comparadas às elaboradas por homens, colegas que dividem a mesma profissão.

Conclui-se que a profissão de jornalista é precarizada, onde diariamente se coloca em xeque a real necessidade dessa profissão no mundo da internet, “onde todo mundo é um pouco jornalista”, deste modo, avalia-se que as jornalistas mulheres passam por um processo ainda pior e mais difícil do que os dos homens, nesse processo de precarização da profissão, sendo que os constrangimentos de gênero ainda colocam-nas em posições ainda mais difíceis no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as pesquisas feitas sobre o perfil dos jornalistas, as mudanças no mundo do trabalho e as mulheres no jornalismo, podemos tecer algumas considerações sobre a mulher jornalista no Brasil.

As mulheres ocupam a maior parte dos cargos de jornalista do país, e ainda assim sofrem por serem mulheres. As entrevistas dadas pelas jornalistas são alarmantes, onde se contratam homens porque eles não podem ter filhos e licença maternidade. Onde os chefes perguntam de forma direta: “quando você vai dar para mim?”.

Em termos gerais, 73% das jornalistas afirmam ter escutado piadas de natureza sexual no ambiente de trabalho. 92,3% afirmam ter ouvido piadas machistas no trabalho. 46% das jornalistas afirmam que as empresas que trabalham não possuem canais para denúncia de assédio e discriminação de gênero. 64% delas já sofreram abuso de poder dos chefes. 83,6% já sofreram violência psicológica no trabalho, 65,7% afirmaram terem tido a competência questionada por colegas ou superiores. 70,4% afirmam terem recebido cantadas no trabalho que as deixaram desconfortáveis. 1 em cada 10 jornalistas já recebeu proposta de favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material. 75,3% já receberam elogios e críticas sobre roupas e aparência.

O debate de gênero, divisão sexual do trabalho se faz necessário em um campo de trabalho predominantemente sendo ocupado por mulheres, onde elas são assediadas e

violentadas diariamente por seus superiores ou colegas pelo fato de serem mulheres. E quando se fala de jornalistas mulheres o que é colocado em pauta é sempre a roupa, a aparência, os filhos ou o quanto elas podem servir sexualmente ao homem.

Hoje, o debate sobre gênero tem trazido pautas sobre a emancipação feminina, a conquista do lugar que ela ocupa, o “ser ela mesma”, enquanto que as dificuldades que as mulheres enfrentam na realidade concreta do mundo do trabalho vão muito além do que “quero ser o que eu quiser”, o debate que tem que ser feito é sobre uma realidade concreta, pautada na sociedade capitalista que trata a mulher como um ser subjugado desde o início da sua existência (SAFFIOTI, 2011). Deve-se falar sobre divisão sexual do trabalho na sociedade que vivemos. Não basta querer apenas garantir um lugar no mercado de trabalho, mas pensar e repensar em como esse mercado entende o lugar que a mulher ocupa.

Esse artigo buscou trazer uma amostra desses depoimentos para reflexão de como esse mercado está montado e do que a mulher jornalista sofre. Vale destacar que são inegáveis as conquistas das mulheres nos últimos anos, mas uma parcela grande delas continuam sendo assassinadas por feminicídio, continuam sendo rejeitadas em cargos por serem mulheres, continuam sendo recriminadas em ambientes profissionais e até acadêmicos por engravidarem, entre outras garantias que teriam que ser mínimas para que o real direito das mulheres fossem garantidos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**, 2017. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Gênero e Número. Apoio: Google News Lab.

BIROLI, Flavia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**: uma introdução. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FÍGARO, Roseli. NONATO, Claudia. GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

MORENO, Raquel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

ROCHA, Paula. WOITOWICZ, Karina. **As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense**: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão. In: **Gênero, mídia e lutas sociais**: percepções críticas e experiências emancipatórias. Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (org.).

SAFFIOTI, Heleieth. **A questão da mulher na perspectiva socialista**. Lutas Sociais, São Paulo, n.27, p.82-100, 2ºsemestre, 2011.

SILVA, Gisele. **Direitos das mulheres na imprensa**: uma análise de guias para jornalistas. In: **Gênero, mídia e lutas sociais**: percepções críticas e experiências emancipatórias. Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (org.).

SILVA, Lenir Aparecida. SANTOS, Volney. **Desigualdade de gênero no mundo do trabalho**: Análise de indicadores e políticas públicas para mulheres. In: **Gênero, mídia e lutas sociais**: percepções críticas e experiências emancipatórias. Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (org.).